

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2024

DENOMINAÇÃO: ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONÁRIOS DO SOFRIMENTO

MORADA: Rua dos Coriscos, 640

LOCALIDADE: Maia

FREGUESIA: Maia

CONCELHO: Maia

CODIGO POSTAL: 4425 - 057


(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

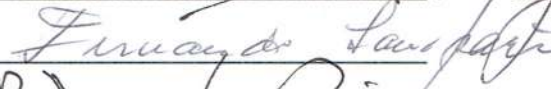
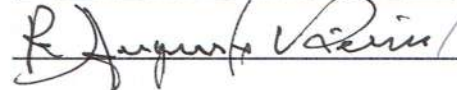
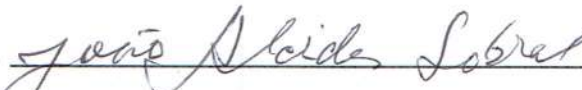
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: 24/02/2025

24/03/2025

ASSINATURAS:

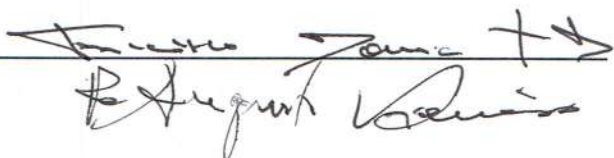
ASSINATURA DO PRESIDENTE

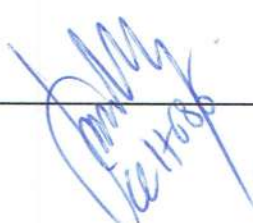





RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-24	31-dez-23
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 062 594,27	1 089 627,28
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	3 412,35	3 412,35
		1 066 006,62	1 093 039,63
Ativo corrente			
Inventários	6	1 160,10	1 080,85
Créditos a receber	11.15	457,95	0,00
Estado e outros entes públicos	11.7	1 451,42	149,71
Diferimentos	11.2	1 601,54	1 568,33
Outros Ativos Correntes	11.3	551 935,89	598 689,43
Caixa e depósitos bancários	11.4	1 515 011,06	1 336 315,77
		2 071 617,96	1 937 804,09
Total do ativo		3 137 624,58	3 030 843,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	313 838,32	313 838,32
Resultados transitados	11.5	2 331 703,97	2 260 367,07
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.5	310 898,31	318 441,21
		2 956 440,60	2 892 648,60
Resultado líquido do período		109 345,81	59 570,66
Total dos fundos patrimoniais		3 065 786,41	2 952 219,26
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	818,03	14,91
Estado e outros entes públicos	11.7	6 624,49	6 300,84
Diferimentos	11.2	0,00	6 191,57
Outros passivos correntes	11.8	64 395,65	66 117,14
		71 838,17	78 624,46
Total do passivo		71 838,17	78 624,46
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 137 624,58	3 030 843,72

A Direção

O Contabilista Certificado

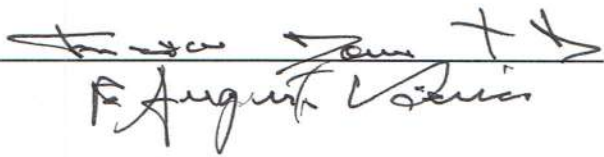




RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 024	2 023
Vendas e serviços prestados	7	549 869,65	294 878,64
Subsídios, doações e legados à exploração	11.9	12 566,73	228 622,90
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-33 992,21	-37 809,06
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-126 394,05	-115 967,98
Gastos com o pessoal	9	-323 249,89	-302 806,48
Aumentos/reduções de justo valor	11.14	1 810,25	4 603,42
Outros rendimentos	11.11	25 649,03	27 179,69
Outros gastos	11.12	-1 469,91	-1 512,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		104 789,60	97 188,86
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-37 681,29	-37 618,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		67 108,31	59 570,66
Juros e rendimentos similares obtidos	11.13	42 237,50	0,00
Resultados antes de impostos		109 345,81	59 570,66
Resultado líquido do período		109 345,81	59 570,66

A Direção

O Contabilista Certificado


R. Augusto Vieira


[Signature]

ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

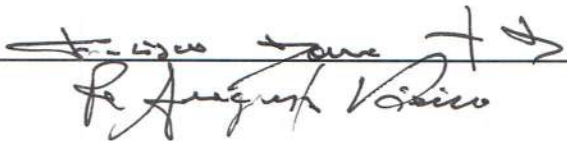
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

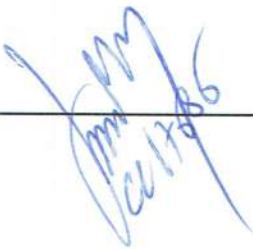
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		338 234,99	294 878,64
Pagamentos a fornecedores		-164 305,14	-169 402,13
Pagamentos ao pessoal		-211 074,79	-186 660,58
Caixa gerada pelas operações		-37 144,94	-61 184,07
Outros recebimentos/pagamentos		379 668,36	129 597,93
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		342 523,42	68 413,86
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		11 630,38	-1 670,66
Investimentos financeiros		0,00	-506,20
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		0,00	1,27
Juros e rendimentos similares		42 237,50	5 502,80
Outros Ativos		1 810,25	158 031,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		55 678,13	161 359,13
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		12 566,73	2 300,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		12 566,73	2 300,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		410 768,28	232 072,99
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 104 242,78	1 104 242,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	1 515 011,06	1 336 315,77

A Direção

O Contabilista Certificado


Re Augusto Vieira


12/12/2024

ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONARIOS DO SOFRIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Contribuinte: 501240217

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	ERPI	PERÍODOS	
			2024	2023
Vendas e serviços prestados	7	549 869,65	549 869,65	294 878,64
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 / 9	-357 242,10	-357 242,10	-340 615,54
Resultado Bruto		192 627,55	192 627,55	-45 736,90
Subsídios, doações e legados à exploração	11.9	12 566,73	12 566,73	228 622,90
Outros Rendimentos	11.11/11.13/11.14	69 696,78	69 696,78	32 241,70
Gastos administrativos	4/11.10	-164 075,34	-164 075,34	-154 044,77
Outros gastos	11.12	-1 469,91	-1 469,91	-1 512,27
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		109 345,81	109 345,81	59 570,66
Resultado antes de impostos		109 345,81	109 345,81	59 570,66
Resultado líquido do período		109 345,81	109 345,81	59 570,66

A Direção



O Contabilista Certificado



ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE MISSIONÁRIOS DO SOFRIMENTO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2024

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros...	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	11
6	Inventários	11
7	Rédito	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados.....	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
11	Outras Informações	12
11.1	Investimentos Financeiros	13
11.2	Diferimentos	13
11.3	Outros ativos correntes	13
11.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
11.5	Fundos Patrimoniais	14
11.6	Fornecedores.....	14
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	14
11.8	Outros passivos correntes.....	14
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.10	Fornecimentos e serviços externos.....	15
11.11	Outros rendimentos	15
11.12	Outros gastos	15
11.13	Resultados Financeiros.....	16
11.14	Aumentos/reduções de justo valor.....	16
11.15	Créditos a Receber.....	16
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

1 Identificação da Entidade

A Associação Fraternidade Missionários do Sofrimento é uma instituição sem fins lucrativos, que se encontra registada na Direção Geral da Segurança Social no livro 1 das Organizações Diversas com fins de segurança social sob o nº3/84 a fls. 25 e verso em 29 de Fevereiro de 1984. Tem sede na Rua dos Coriscos, nº 640 – apartado 2047, 4425-051 Águas-Santas, Maia, Paróquia de Corim, do município da Maia, distrito e diocese do Porto.

São fins principais da Associação os seguintes:

- Apoio à 3ª idade;
- Apoio à integração social e comunitária.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2024 foram efetuadas correções relativas aos saldos do dinheiro de bolso dos utentes no montante de € 11.764,24.

Este movimento foi registado na rubrica Resultados Transitados.

A CNC – Comissão de Normalização Contabilística divulgou uma orientação técnica relativamente ao enquadramento das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação

típicos entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo, pelo que passam a ser refletidas na rubrica “Prestações de Serviços”.

A CNC – Comissão de Normalização Contabilística divulgou uma orientação técnica relativamente ao enquadramento dos juros credores na Demonstração de Resultados por Natureza. Assim, os juros recebidos são transferidos da rubrica “Outros rendimentos” para “Juros e outros rendimentos similares obtidos”.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;

- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT foram profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2023	Adições	Diminuições	31-12-2024
Terrenos e Recursos Naturais	143 810,12			143 810,12
Edifícios e Outras Construções	1 697 915,21			1 697 915,21
Equipamento Básico	276 702,23	9 143,00		285 845,23
Equipamento de Transporte	44 566,87			44 566,87
Equipamento Administrativo	60 040,92	135,07		60 175,99
Outros Activos Fixos Tangíveis	4 572,81	1 370,21		5 943,02
Ativo Tangível Bruto	2 227 608,16	10 648,28	0,00	2 238 256,44
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	763 050,34	33 918,02		796 968,36
Equipamento Básico	268 363,39	2 705,93		271 069,32
Equipamento de Transporte	44 566,87			44 566,87
Equipamento Administrativo	58 347,63	488,86		58 836,49
Outros Activos Fixos Tangíveis	3 652,65	568,48		4 221,13
Depreciações Acumuladas	1 137 980,88	37 681,29	0,00	1 175 662,17
Ativo Tangível Líquido	1 089 627,28	-27 033,01	0,00	1 062 594,27

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2023	Adições	Diminuições	31-12-2024
Programas de Computador	2 601,26			2 601,26
Activo Intangível Bruto	2 601,26	0,00	0,00	2 601,26
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	2 601,26			2 601,26
Depreciações Acumuladas	2 601,26	0,00	0,00	2 601,26
Activo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2024	2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.160,10	1.080,85
Total	1.160,10	1.080,85

No que concerne à quantia de "Inventários" reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2024	2023
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	1.080,85	1.622,67
Compras	34.071,46	37.267,24
Saldo Final	1.160,10	1.080,85
Gastos do Período	33.992,21	37.809,06

7 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2024	2023
Prestação de Serviços		
Quotas do Utilizadores	299.946,02	294.878,64
ISS, IP – Acordos Cooperação 1)	249.923,63	0,00
Total	549.869,65	294.878,64

1) Ver nota 3

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024				2023		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			249.923,63			226.322,90
Edifício (Particulares)	Não Reembolsável	233.829,90		7.542,90	241.372,80		7.542,90
Total		233.829,90	0,00	257.466,53	241.372,80	0,00	233.865,80

9 Benefícios dos empregados

Em 2024 e 2023 são onze os membros que compõem os órgãos sociais.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2023 e de 2024 foi de 21.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal	263.180,04	245.814,49
Indemnizações	0,00	125,00
Encargos sobre as Remunerações	55.505,72	51.922,81
Seguros de Acidentes no Trabalho	3.685,49	3.128,06
Outros Gastos com o Pessoal	878,64	1.816,12
Total	323.249,89	302.806,48

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
Outros investimentos Financeiros		
FCT	3.412,35	3.412,35
Total	3.412,35	3.412,35

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.601,54	1.568,33
Total	1.601,54	1.568,33
Rendimentos a Reconhecer		
ISS.IP-Centro Distrital	0,00	6 191,57
Total	0,00	6 191,57

11.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Outros instrumentos financeiros	550.000,00	598.239,75
Ativos financeiros	550.000,00	598.239,75
Adiantamentos a fornecedores	1.125,45	418,21
ISS.IP-dotação a receber Janeiro	810,44	0,00
Outros Devedores	0,00	31,47
Total	551.935,89	598.689,43

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2024	2023
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	8.274,04	24,30
Depósitos à Ordem	106.737,02	130.686,84
Depósitos a Prazo	1.400.000,00	1.205.604,63
Total	1.515.011,06	1.336.315,77

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	313.838,32			313.838,32
Resultados Transitados	2.260.369,07	2) 71.334,90		2.331.703,97
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	318.441,21		-7.542,90	310.898,31
Total	2.892.648,60	71.334,90	-7.542,90	2.956.440,60

2) 59.570,66€ Resultado Líquido de 2023 + 11.764,24€ correções (ver nota 3)

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c		
Fornecedores	818,03	14,91
Total	818,03	14,91

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
IVA - restituição	1.451,42	149,71
Total	1.451,42	149,71
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	874,00	904,00
Segurança Social	5.750,49	5.396,84
Total	6.624,49	6.300,84

11.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Credores por Acréscimo de Gastos	56.126,02	53.443,42
Remunerações a Liquidar	52.239,22	49.898,40
Outras despesas diferidas	3.886,80	3.545,02
Adiantamentos	8.269,63	12.673,72
Vales de Utentes	8.269,63	12.673,72
Outros Devedores e Credores	0,00	0,00
Outros Devedores e Credores	0,00	0,00
Total	64.395,65	66.117,14

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	3) 0,00	226.322,90
Doações e heranças - donativos	12.566,73	2.300,00
Total	12.566,73	228.622,90

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

3) ver nota 3

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Serviços especializados	62.640,85	50.696,21
Materiais	2.503,85	2.327,38
Energia e fluídos	35.164,06	32.846,29
Deslocações, estadas e transportes	176,28	85,20
Serviços diversos	12.985,37	13.394,89
Encargos com Utentes	12.923,64	16.618,01
Total	126.394,05	115.967,98

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	1.177,34
Imputação de subsídios ao investimento	7.542,90	7.542,90
Outros	18.106,13	12.956,65
Juros, Dividendos e outros rendimentos similares	0,00	3) 5.502,80
Total	25.649,03	27.179,69

4) ver nota 3

11.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	1.134,00	1.212,27
Outros	335,91	300,00
Total	1.469,91	1.512,27

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	42.237,50	5.502,80
Juros obtidos	5) 42.237,50	5.502,80
Total	42.237,50	5.502,80
Resultados Financeiros	42.237,50	5.502,80

5) ver nota 3

11.14 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ganhos por aumentos de justo valor	1.810,25	5.062,01
Em instrumentos financeiros - Títulos	1.810,25	0,00
Em instrumentos financeiros - CGP	0,00	4.578,95
Em instrumentos financeiros - Seguros	0,00	481,70
Em investimentos financeiros - FCT	0,00	1,36
Perdas por reduções de justo valor	0,00	458,59
Em instrumentos financeiros - Títulos	0,00	0,00
Em instrumentos financeiros - CGP	0,00	0,00
Em investimentos financeiros - FCT	0,00	54,44
Em instrumentos financeiros - Seguros	0,00	404,15
Total	1.810,25	4.603,42

11.15 Créditos a Receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Utentes	457,95	0,00
Total	457,95	0,00

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes da resposta social, durante o ano de 2024, foi de 34.

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas

Maia, 24 de Fevereiro de 2024

O Contabilista Certificado



A Direção

